

NÚCLEO DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS MONGE JOÃO MARIA/PR: AÇÕES PARA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO ALTERNATIVO

Arlete Menezes Lourenço Bakovicz

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Guarapuava, PR, Brasil
armenezesbakovicz@gmail.com

Cecília Hauresko

Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Guarapuava, PR, Brasil
chauresko@unicentro.br

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada com os agricultores autodenominados agroecologistas dos municípios de Irati, Inácio Martins, Teixeira Soares, Rebouças e Rio Azul, que formam o Núcleo Monge João Maria no Estado do Paraná. O núcleo é compreendido como motor da construção de um território alternativo, de promoção da agricultura de base agroecológica, e como forma de resistência e de emancipação. O objetivo foi compreender a organização política e produtiva desses sujeitos, homens e mulheres que transformam terra em território. Trata-se de pesquisa qualitativa com revisão de literatura, trabalho de campo, conversas informais e entrevista semiestruturada. A pesquisa evidenciou que o processo de conversão do sistema agrícola convencional para o sistema agroecológico acontece nas propriedades familiares através da formação política e técnica, e que dos 61 agricultores entrevistados, 66% estão em fase de transição agroecológica. Os agricultores que possuem pequenas áreas de terra já realizaram 100% da conversão, enquanto as propriedades com maiores áreas enfrentam dificuldades nesse processo. O estudo fornece indicadores sobre esse cenário e mostra os desafios a serem superados para manutenção e melhoria das propriedades e da qualidade de vida dessas pessoas.

Palavras-chave: Agroecologia. Transição agroecológica. Terra. Território.

AGROECOLOGICAL FARMERS NUCLEOUS MONGE JOÃO MARIA/PR: ACTIONS TO CONSTRUCTION AN ALTERNATIVE TERRITORY

ABSTRACT

This article is the result of a survey carried out with self-styled agroecologist farmers from the municipalities of Irati, Inácio Martins, Teixeira Soares, Rebouças and Rio Azul, which form the Núcleo Monge João Maria in the State of Paraná. The nucleus is understood as an engine for the construction of an alternative territory, for the promotion of agroecological agriculture, and as a form of resistance and emancipation. The objective was to understand the political and productive organization of these subjects, men and women who transform land into territory. This is a qualitative research with literature review, field work, informal conversations and semi-structured interviews. The research showed that the process of converting the conventional agricultural system to the agroecological system takes place on family properties through political and technical training, and that of the 61 farmers interviewed, 66% are in the agroecological transition phase. Farmers who have small areas of land have already carried out 100% of the conversion, while properties with larger areas face difficulties in this process. The study provides indicators on this scenario and shows the challenges to be overcome in order to maintain and improve the properties and quality of life of these people.

Keywords: Agroecology. Agroecological transition. Land. Territory.

INTRODUÇÃO

A globalização da economia provocou a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, caracterizada pela territorialização do capital e pela oligopolização do espaço agrícola resultando na

organização de um modelo econômico, técnico e social de produção, socialmente excludente e espacialmente seletivo que acentuou as desigualdades sociais e territoriais existentes, criou novas e, paralelamente, à difusão do agronegócio provocou uma nova divisão territorial e social do trabalho agropecuário (ELIAS, 2006). Nesse contexto, o território brasileiro foi (re) estruturado para atender à produção das redes agroindustriais, e assim ampliou-se a complexidade do espaço agrário (ELIAS, 2011). Em razão disso, o espaço agrícola brasileiro ganhou densidade em termos de circuitos espaciais de produção agrícola monocultora, principalmente com cana-de-açúcar, soja, milho, laranja e algodão. Esse processo de aumento e alastramento de cultivares, conforme a lógica da agricultura moderna, provocou uma situação de seletividade espacial. A disputa comercial e a ocupação dos mercados de alimentos pelos estabelecimentos de maior escala e intensificação tecnológica vêm lentamente confinando os demais produtores rurais, que trabalham com outros processos de produção, como a policultura e o extrativismo (NAVARRO e CAMPOS, 2014). As agroindústrias têm conseguido apropriar-se de uma parte crescente das atividades dos agricultores o que permite a obtenção de lucros seguros, e deixando-lhes os riscos correspondentes a má colheita por causa do mau tempo, e o de perder dinheiro devido à crescente dependência de insumos agrícolas cada vez mais caros e por fim, os seus produtos são vendidos a preços baixos (LUTZENBERGER, 2001).

Os agricultores modernos têm mantido o argumento em favor dos métodos da agricultura moderna, defendendo que são eles que constituem a maneira eficiente de resolver o problema da fome mundial e da alimentação de toda a população. Apesar de concordar que os métodos agrícolas tradicionais possam ser aperfeiçoados com o conhecimento científico, entende-se que o aperfeiçoamento não precisa ser direcionado para monoculturas altamente mecanizadas, com uso intensivo de fertilizantes comerciais, venenos sintéticos e toda a estrutura produtiva e de informação que esse padrão agrícola demanda.

A emergência da química agrícola abriu o caminho para que essa tendência à artificialização fosse levada a níveis extremos, fazendo com que as dinâmicas de coprodução entre natureza e agricultura, que condicionaram as inovações tecnológicas por milênios, dessem lugar a um padrão produtivo dependente de insumos industriais e de energia não renovável derivada de combustíveis fósseis (PETERSEN et al., 2009).

Nesse sentido, é necessário reconhecer que esse processo tem desapropriado e marginalizado agricultores, provocando a desestruturação social, a devastação ambiental e a perda da biodiversidade na natureza e nos cultivos, agravando a fome (LUTZENBERGER, 2001). O autor alerta sobre a necessidade de desenvolver métodos de produção agrícola sustentáveis para alimentar as massas crescentes de população, os quais, com pouquíssimas exceções, os agricultores camponeses tradicionais¹ já implementam.

O desequilíbrio natural e social tem provocado prejuízos à vida e habitabilidade no campo, tornando necessária uma radical conscientização pela população a respeito desses desequilíbrios e busca de posturas e ações que visem à melhoria da qualidade de vida.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi compreender a organização política e produtiva dos agricultores e das agricultoras autodenominados agroecologistas residentes nos municípios de Irati, Inácio Martins, Teixeira Soares, Rebouças e Rio Azul, que formam o Núcleo Monge João Maria no estado do Paraná, que praticam a agricultura de base ecológica e/ou estão em processo de transição agroecológica.

Diante de tal fato, optou-se por tratar esse território como alternativo, pois ele se encontra fora da estrutura ligada aos circuitos da economia global (HAESBAERT, 2014). A incorporação do termo alternativo é mais significativa porque tem o sentido de crítica aos espaços hegemônicos e, principalmente, de evidenciar como estes agricultores têm enfrentado essa forte tendência à homogeneização. A lógica alternativa é compreendida como a formulação de práticas e propostas

¹ A agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar alicerçada na relação entre propriedade, trabalho e família, entretanto tem particularidades que a tornam específica no conjunto maior da agricultura familiar, e se referem aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de inclusão na sociedade global (WANDERLEY, 1996). Para a autora, as transformações capitalistas trouxeram tantas mudanças que a agricultura familiar passou a envolver um gama de diferentes sujeitos, entre os quais o camponês que, ao lado dos agricultores inseridos em uma forma mais capitalizada de produção, forma um conjunto diversificado de sujeitos, pertencentes a uma categoria considerada genérica. Leva-se em consideração o fato de que a heterogeneidade da agricultura de base familiar brasileira é indubitável, resultando na sua difícil definição. Propõe-se uma análise que pondera a respeito dessas duas categorias não como pólos opostos, como se o camponês fosse tratado como um sujeito político e o agricultor familiar como um sujeito produtivo, mas a partir das possíveis imbricações entre essas categorias e destacando, sobretudo, a pertinência do campesinato no país.

diferentes daquelas adotadas pela lógica hegemônica do agronegócio. Nela ocorre a inserção dos excluídos de todas as tonalidades e que permite a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, “realidade concreta vivenciada no cotidiano da maior parte da população, os excluídos de todos os matizes” (HAESBAERT, 1998, p. 98).

Após esta introdução, apresenta-se os conceitos-pilares do trabalho desenvolvido, que permitem desvendar um pouco da organização política e produtiva desses sujeitos e de compreender os principais meios que são referências para esses homens e mulheres na formação e consolidação do seu território, um território onde a agricultura baseada na agroecologia se reconecta à sociedade e à natureza (PETERSEN, 2013).

Alicerces teórico-conceituais do trabalho: Agroecologia, Território alternativo e Transição agroecológica

Ao começar, cabe diferenciar a Agricultura de base agroecológica da Orgânica, já que principalmente a primeira é enfocada neste trabalho. A produção orgânica é definida pela Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, como aquela que se desenvolve mediante utilização de técnicas específicas para a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica e a maximização dos benefícios sociais (BRASIL, 2003). Ocorre que a referida Lei, não trata da diferença entre ambas as agriculturas e por isso, traz-se a distinção feita por Sacco dos Anjos e Caldas (2017, p. 14):

A agricultura orgânica é entendida como uma forma de produzir que exclui o uso de produtos de síntese (adubos sintéticos, agrotóxicos etc.). Todavia, no caso da agroecologia, tais imperativos técnicos são acrescidos de requisitos primordiais, como o respeito às justas relações de trabalho nos diversos elos que unem a produção ao consumo, bem como em termos dos compromissos éticos mais amplos com a preservação dos recursos naturais. Com isso, poder-se-ia admitir que todo produto agroecológico é orgânico, mas a recíproca não é verdadeira. A legislação brasileira optou pelo uso do termo orgânico, enquanto na Itália e França a ênfase recai sobre o termo biológico nas alusões a essa forma de agricultura.

A Agroecologia é compreendida como enfoque teórico que proporciona bases científicas para o desenvolvimento da agricultura alternativa, diferente daquele utilizado pela investigação agrícola convencional. Isso se deve ao fato de que a cada dia que passa fica mais claro que os modelos convencionais de modernização da agricultura, fundamentados em monoculturas dependentes de altas quantidades de insumos agroquímicos, não são viáveis por não promoverem o desenvolvimento social e ecológico (ALTIERI, 2006). Assis e Romeiro (2002), argumentam que agroecologia e agricultura orgânica não devem ser vistas como sinônimos, na medida em que a agroecologia é uma ciência com limites teóricos bem definidos, que procura inter-relacionar o saber de diferentes áreas do conhecimento. Já a agricultura orgânica é uma prática agrícola cujo sistema de produção se baseia em um conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, de forma a produzir um alimento sadio, livre de contaminantes químicos e agrotóxicos

A Agroecologia tem potencial de alterar modelos agrícolas baseados nos fundamentos tecnológicos da Revolução Verde em modelos mais sustentáveis (ALTIERI, 1989), ou seja, capazes de unir as dimensões social, cultural, ambiental e econômica.

A Agroecologia como paradigma parte do princípio de que é necessário entender o funcionamento dos ecossistemas naturais e revalorizar os conhecimentos e capacidades dos atores locais para desenvolver sistemas agrários sustentáveis. Nesse aspecto, Gliessman (2016, apud LOPES, 2017) ressalta que a Agroecologia se dedica à aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo dos sistemas agroalimentares sustentáveis.

Considerando a Agroecologia como base teórica para a promoção de uma agricultura sustentável, torna-se necessário analisar os diversos aspectos para a construção desse novo paradigma de desenvolvimento. Assim, devemos considerar que a Agroecologia emerge como alternativa paradigmática não isoladamente, mas em paralelo com diversas áreas do conhecimento como a economia ecológica, a ecologia política, a justiça ambiental, a história ambiental, dentre outras, e que a realização do diálogo e identificação de convergências com esses campos produz um fortalecimento mútuo (HAVERROTH, 2011, p. 16).

Na abordagem agroecológica, o conhecimento científico deve ser acrescido da percepção e dos saberes dos agricultores. A partir da coesão entre o conhecimento local e científico, o objetivo é

encontrar soluções para os problemas e o desenvolvimento das comunidades rurais e dos produtores (PALIOFF e GORNITZKY, 2012).

Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões culturais, sociais e econômicas. Somente políticas e ações baseadas em tais estratégias podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento. Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto, na medida em que passou a oferecer os princípios ecológicos básicos e o tratamento de ecossistemas, tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 1987, *apud* ALTIERI, 2004). Destaca-se que a Agroecologia fornece uma estrutura metodológica para a compreensão mais profunda, tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de um novo enfoque que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Entretanto, o cenário que envolve a agricultura convencional não mudou, e ainda se constitui em um imenso desafio para agricultores, políticos, pesquisadores, professores, extensionistas e sociedade em geral. Logo, para articular a visão de uma agricultura que seja economicamente viável e mais competitiva, e que ao mesmo tempo seja socialmente justa e ecologicamente sadia, faz-se necessária uma transformação profunda nos modelos de desenvolvimento rural e de agricultura. Algumas mudanças que já estão em curso, as milhares de experiências de agriculturas alternativas, de fortalecimento da organização social e da ação coletiva na agricultura familiar e nos movimentos sociais, nos levam para além da utopia, mesmo reconhecendo que forças internas e externas aos diferentes países, como a globalização, as demandas mundiais por commodities (e mais recentemente os biocombustíveis), a emergência da biotecnologia com suas sementes geneticamente modificadas (OGMs), e o crescente controle corporativo do sistema agroalimentar têm forte poder para determinar a permanência e difusão do modelo (ALTIERI, 2006).

Igualmente, a modernização cria um distanciamento, no tempo e no espaço, entre o lugar onde são elaboradas as inovações e os locais em que elas serão efetivamente utilizadas. Esse processo, paulatinamente exclui a dimensão humana relacionada ao conhecimento prático local para privilegiar uma perspectiva centrada exclusivamente na eficiência técnica. Sendo assim, as trajetórias modernizantes retiram dos agricultores o controle do conhecimento associado ao seu próprio trabalho, criando um mecanismo que expropria o saber-fazer das comunidades rurais e transferindo esse poder para os agentes exógenos dos mercados. A dependência tecnológica converte-se assim em dependência cultural, imobilizando as capacidades autônomas de inovação local (PETERSEN, 2013). Segundo Ploeg, cria-se a segregação entre o trabalho mental e o trabalho manual dos produtores diretos o que afeta sua autonomia relativa e transforma suas condições objetivas de reprodução socioeconômica (PLOEG, 1993).

Neste caso, as desconexões passam a ser um conceito-chave para que o modo de operação do paradigma da modernização agrícola seja compreendido (PLOEG, 2008, *apud* PETERSEN, 2013). Para Petersen, a primeira desconexão refere-se ao processo de inovação agrícola, atividade que passa a ser realizada de forma progressivamente descontextualizada dos locais em que seus artefatos tecnológicos são aplicados. Na segunda desconexão, ocorre a desterritorialização da agricultura, que passa a ser cada vez mais governada por regras técnicas e econômicas, exógenas. A terceira desconexão se dá com a ruptura nos processos de constituição histórica dos sistemas agrícolas: "o aqui e o agora passam a ser estruturados a partir de projetos formulados sem nenhuma conectividade com o passado local e sem qualquer referência às perspectivas de futuro de seus agentes no médio ou longo prazo." (PETERSEN, 2013, p.81). Atuando dessa maneira, o projeto de modernização agrícola gera múltiplos desencaixes entre a agricultura, a natureza e a sociedade. Segundo Petersen o conceito de desencaixe "é um artifício teórico empregado pelo sociólogo Antony Giddens para descrever o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço." (GIDDENS, 1991 *apud* PETERSEN, 2013, p.81).

Contudo, mesmo em tempos de Globalização Neoliberal sob a hegemonia política e ideológica das agroindústrias se faz necessário jogar luz sobre os modos de produção e os modos de vida de famílias e comunidades rurais que constroem suas perspectivas de futuro conectadas às sociedades em que vivem e aos ecossistemas em que produzem (SILVEIRA, 2010). Para Wanderley (2009), trata-se de agricultores territoriais, porque estão profundamente enraizados nos territórios que

habitam e destes retiram os elementos definidores de suas próprias identidades socioculturais, e lutam pela garantia de seus meios e modos de vida.

No que concerne ao conceito de território alternativo, apoiamo-nos em Haesbaert (2015), que ao citar Guattari (1985), apresenta a distinção feita por esse filósofo francês entre território e espaço liso. Para Guattari (*apud* HAESBAERT, 2015), território envolve uma possibilidade de os grupos demonstrarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao espaço liso, homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante. Mostra que, ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações, brotam micropolíticas capazes de tramar resistências menores, quando nos territórios alternativos se tenta impor sua própria ordem, ainda que minoritária e anárquica, podendo ser embrião de uma nova forma de ordenação territorial em diferentes escalas, chamados por Haesbaert de contra espaços. O autor acredita que, nesse jogo de contraposições, pode nascer um novo arranjo espacial e florescimento permanente de uma diversidade libertadora.

Dessa forma, é necessário ter claro que, independentemente do discurso dominante, as agriculturas de base familiar camponesa continuam cumprindo um papel central e determinante para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Por isso, tomou-se o conceito de território alternativo como perspectiva teórica que permite analisar as formas diversas de se relacionar com o espaço geográfico e de compreender a formulação (em toda a cadeia produtiva) de práticas e propostas diferentes daquelas aceitas pela lógica hegemônica do agronegócio. Consideramos que as lógicas alternativas expressas através da agroecologia são orientadas para a "ecologização das práticas agrárias" (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p. 40), a busca de espaços de resistências, possibilidades de vida e de negação da ordem imposta. O termo Alternativo corresponde à "[...] crítica aos espaços hegemônicos, que se alia à esperança por uma 'alternativa' que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos" (HAESBAERT, 2015 p.13). Para isso, os agricultores de base familiar camponesa, têm unido "suas forças e estratégias de resistência, disputando palmo a palmo o domínio de seus territórios, em defesa de seus modos de produção e reprodução, de suas formas de relacionamento com a natureza, de sua identidade, de sua cultura." (SILVEIRA, 2010, p.04).

Com relação à transição agroecológica, conforme a perspectiva aqui adotada, pode ser definida como o processo gradativo de substituição das formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, visando à passagem de um sistema de produção convencional (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos) para outro sistema de produção, baseado nos princípios, métodos e tecnologias de base ecológica. Segundo Gliessman (2000), podem ser distinguidos três níveis fundamentais no processo de transição à agroecossistemas sustentáveis: a) o incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de *inputs* caros, escassos e daninhos ao meio ambiente, resultando disso muitas práticas e tecnologias que ajudam a reduzir os impactos negativos da agricultura convencional; b) a substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas, quer dizer, a substituição de produtos e práticas intensivas degradadoras do meio ambiente por outras mais benignas do ponto de vista ecológico. Neste nível de transição, a estrutura básica do agroecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, portanto, problemas similares aos dos sistemas convencionais; e c) O redesenho do agroecossistema para que funcione com base em um novo conjunto de processos ecológicos, visando a eliminar as causas dos problemas que ainda continuam existindo nos dois níveis anteriores.

São vários os fatores que estão avivando o processo de transição, tais como o aumento do custo da energia, as baixas margens de lucro das práticas convencionais, o desenvolvimento de práticas vistas como opções viáveis, o aumento da consciência ambiental e o mercado para produtos alternativos.

Em uma definição muito simples, podemos afirmar que a transição agroecológica é um processo de transformação dos sistemas de produção convencionais em sistemas de base agroecológica. Esse processo compreende não apenas elementos técnicos, produtivos e ecológicos, mas também aspectos socioculturais e econômicos do agricultor, de sua família e de sua comunidade, portanto, é importante evitar o reducionismo que considera a transição agroecológica como um processo puramente técnico. Ao contrário, está relacionado com as condições ambientais de cada agroecossistema, e deve ser adaptado a essa realidade condicionada por processos socioculturais e organizacionais da comunidade (PALIOFF e GORNITZKY, 2012) que perpassa diversas dimensões (práticas produtivas, culturais, simbólicas, entre outras) de ruptura de um paradigma produtivista de base capitalista. (LOPES, 2017).

O entendimento do processo de adaptação dos agroecossistemas a arranjos produtivos sustentáveis se dá quando compreendemos que a transição agroecológica ocorre por meio da coprodução entre os grupos familiares camponeses e a natureza viva imediata. No sentido prático, a transição

agroecológica é conduzida pela coprodução, ou seja, pelo estreitamento da cooperação entre as famílias camponesas com os serviços ecossistêmicos e avança conforme o grau de coprodução estabelecido entre os elementos social e natural. Com isso, quanto maior a coprodução, mais avançada é a transição e vice-versa. Ao iniciarem o processo de transição, a natureza deixa de ser um elemento secundário a serviço do ser humano e passa a ter um papel integrador de coparceria na forma como vivem. Essa coparceria é aprofundada à medida que aumenta a integração entre os componentes sociais e naturais, sob a concepção de transição agroecológica. E a medida em que se avança nesse processo transitório, quanto mais se busca por soberania alimentar, autonomia e qualidade de vida, maior é o uso da coprodução.

A coprodução é a expressão prática de processos de transição, uma relação de aliança do ser humano com a natureza. À medida que os grupos familiares camponeses estabelecem uma coprodução com a natureza, seus agroecossistemas apresentam paisagens mais diversificadas, modeladas pela artesanidade camponesa, configurada pela agência social e produtiva desse segmento. Quanto mais abundantes os recursos, maior a capacidade de promover a transição agroecológica. Essa transição é ajustada pela coprodução, propiciando uma resiliência social às famílias camponesas e gerando uma abundante fonte de recursos ecológicos, tanto na paisagem produtiva como na paisagem de suporte. [...]. Com isso, essa transição permite o fortalecimento da soberania alimentar criando um espaço de autonomia de vida, a partir do controle sobre a terra e dos recursos produtivos e ecológicos. Além do mais, o avanço da transição agroecológica permite uma relação mais aprofundada com a natureza. Os grupos camponeses passam a se inserir com maior sensibilidade no ambiente sob uma relação solidária com a terra, água, plantas e animais. (LOPES, 2017, p.97)

De acordo com Ploeg (2008), a co-produção refere-se às interações em andamento entre o natural e o social os quais mutuamente transformam um ao outro. Além disso, os mesmos autores afirmam que co-produção transmite a ideia de que paisagens são criadas pelas pessoas em seu entorno e que elas são o resultado da co-produção:

A co-produção, um dos elementos definidores do campesinato mais importantes, diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva. Tanto os recursos sociais como os recursos naturais são constantemente configurados e reconfigurados, assim gerando continuamente novos níveis de co-produção. (Guzman-Casado et al., 2000; Gerritsen, 2002; Ploeg, 2003a apud PLOEG, 2008, p.41)

O autor em seguida exemplifica a co-produção, afirmando que a agricultura, a criação de animais, a horticultura, a silvicultura, a caça e a pesca, a transformação dos produtos obtidos em outros produtos mais elaborados (por exemplo, a transformação de excrementos e palha em estrume, de leite em queijo e de carne em presunto), bem como fenômenos recentes, como o turismo rural, são expressões da co-produção. Na co-produção, a interação entre o homem e a natureza viva é decisiva - ela distingue o rural do urbano (Ploeg, 1997b apud PLOEG, 2008).

Outro aspecto a ser destacado é que o processo de transição está diretamente relacionado à autonomia produtiva das famílias camponesas. Essa autonomia é fortalecida por meio do acesso e do controle sobre a terra e dos outros recursos ecológicos, como a água e os elementos da floresta. Em vez de considerar a terra apenas como um substrato a depender de insumos químicos para produzir, as famílias camponesas inseridas no processo de transição agroecológica trabalham em co-produção com a natureza, tornando a paisagem do agroecossistema mais heterogênea, tanto em espécies vegetais como animais (LOPES, 2017).

Como resultado da confrontação entre a agricultura camponesa e a lógica capitalista de desenvolvimento agrícola, observa-se hoje a coexistência de trajetórias contrárias de estruturação dos agroecossistemas. Enquanto alguns adotam padrões empresariais de produção, promovendo intensos processos de mercantilização, outros, como reflexo da crise gerada pelo próprio estilo empresarial, evoluem no sentido de reconstruir crescentes graus de autonomia técnica, econômica e cultural por meio da refundamentação da agricultura no território. Essa segunda trajetória pode ser interpretada como uma expressão de resistência da agricultura familiar às forças econômicas, políticas e ideológicas que a empurram para níveis cada vez maiores de dependência ao agronegócio. Nesse sentido, as dinâmicas sociais de inovação agroecológica podem ser compreendidas como processos de recampesinização dos territórios rurais. O surgimento do modo empresarial de produção agropecuária não fez desaparecer o modo camponês de produção, ao contrário, em muitos lugares do mundo, permaneceram importantes "bolsões" de agricultura camponesa. Para o autor, estamos atestando nas últimas duas décadas, importantes processos de recampesinização, isto é, uma tendência histórica que movimentou o mundo rural para além do clássico dualismo entre capitalistas e camponeses. O camponês não é um sujeito que vai

desaparecendo, ao contrário, a recampesinização expressa a formação de novas e promissoras constelações, superior aos demais modos de produção (PLOEG, 2006). Adicionalmente,

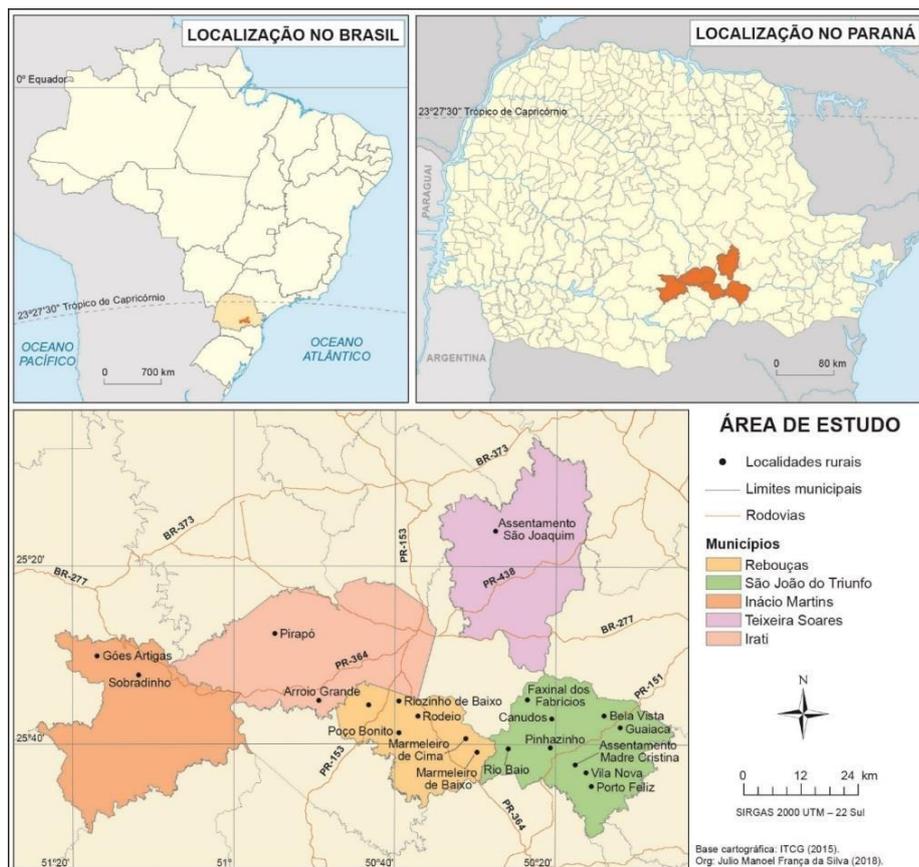
A luta pela autonomia (e pela sobrevivência, pela dignidade, por uma vida melhor) em uma sociedade que condena pessoas à submissão, dependência, privação e as ameaça com a deterioração de seus meios de vida, torna-se central para a “condição camponesa”. Esta luta pela autonomia, que o campesinato compartilha com muitas outras categorias sociais, articula-se, no caso específico do campesinato, como processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos autocontrolada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais (PLOEG, 2016, p. 20).

Na continuidade, apresentamos a metodologia desenvolvida para a realização desse trabalho.

METODOLOGIA

Os participantes da pesquisa são agricultores das localidades rurais dos municípios de Irati, Inácio Martins, Rebouças, Teixeira Soares e São João do Triunfo, conforme mostra o mapa de localização da área de estudo (Figura 1). A pesquisa empírica teve como pilar a economia familiar dos sujeitos, suas experiências produtivas e a organização política desses que integram o Núcleo Monge João Maria e produzem alimentos de forma a contemplar as dimensões da agroecologia e/ou estão em transição agroecológica.

Figura 1 - Localização das comunidades que formam o Núcleo Monge João Maria (PR).



Fonte - SILVA, 2019.

Para o cumprimento dos objetivos foram entrevistadas 61 famílias, número que corresponde a 100% das famílias do território estudado. Durante as entrevistas adotou-se a entrevista *verdadeiramente livre*, que é quando o pesquisador, depois de um breve diálogo, limita ao máximo

suas intervenções (QUEIROZ, 1991) e *Não Diretiva*, baseada no discurso livre do entrevistado (CHIZZOTTI, 1991). Optou-se por essa dinâmica, quando se percebeu que os agricultores teriam informações complementares àquelas já levantadas. Ainda se lançou mão de dados secundários, buscando informações sobre o Núcleo em instituições que mantinham contato com esses agricultores, mas a maior parte das informações foram colhidas com os próprios agricultores.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998) consideram que uma das particularidades da pesquisa qualitativa é seu caráter multimetodológico ou de triangulação, que permite usar uma variedade de procedimentos e instrumentos de produção de informações, como a entrevista, a observação e a pesquisa documental, que podem ser complementadas com outras.

Compreende-se que o atributo da pesquisa qualitativa se assenta no contato direto e interativo do pesquisador com os sujeitos e o universo estudado. Nesse caso, trata-se de um verdadeiro “levantamento de terreno” (KAISER, 2006, p. 96). Esta é uma observação que pode ser transposta para quem realiza pesquisa de campo, cuja “análise social precisa ser feita a partir do que está no cerne da vida das pessoas, do que condiciona a sua existência atual e seu futuro, do que o passado fez deles” (KAISER, 2006, p. 99-100), em busca de aclarar a cena social via tomada de consciência dos problemas que afetam a vida cotidiana. Ainda, Kaiser (2006) alerta para o fato de que a cena social é sempre inacabada e que é muito difícil pronunciar-se claramente sobre a natureza e sobre a escala dos fenômenos observados localmente, na medida em que também é difícil distinguir entre o que é específico, o que é folclórico e o que é significativo.

Os instrumentos de pesquisa utilizados possibilitaram a coleta de dados quantitativos e qualitativos, que combinados, ajudaram elucidar fatos que, inicialmente, eram de difícil compreensão e ajudaram a compreender a organização destes agricultores camponeses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os agricultores agroecologistas do Núcleo Monge João Maria: breve histórico e organização política e produtiva

A composição do Núcleo João Maria, inicialmente, era de duas associações de agricultores: Associação São Francisco de Assis (ASSIS) e Associação dos Grupos Ecológicos de Turvo (AGAECO), e uma associação de consumidores. O ato de fundação foi realizado no dia 07 de abril de 2004, na Paróquia São Miguel, em Irati-PR, e sua filiação à rede Ecovida de Agroecologia aconteceu na plenária da rede, no mesmo ano. Essas associações gestavam, além do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a entrega de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, administrando um valor anual próximo a 1 milhão de reais. Conforme lembrou um dos agricultores, a Associação tinha grande visibilidade, não apenas pela produção e comercialização de produtos agroecológicos, mas também pelo envolvimento e participação política de suas lideranças, tendo representatividade como membros do colegiado do Território Centro-Sul, participação no Conselho Estadual de Segurança Alimentar - CONSEA e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR. Os agricultores também lembraram que, através da associação, houve um momento de integração Brasil-Angola e Brasil – Paraguai, importante para o intercâmbio entre os agricultores dos países envolvidos que realizaram visitas a propriedades de agricultores da Associação Assis. O objetivo da visita foi conhecer a experiência agrícola paranaense, que era sinônimo de garantia de renda às famílias, alimentação saudável e de qualidade para milhares de pessoas, bem como de reduzido impacto ambiental.

Em 2013, as duas associações foram alvo da operação AGROFANTASMA, que investigou supostas irregularidades na execução do PAA no estado do Paraná, vinculado ao Programa Fome Zero, do governo Federal. Foram investigados os programas vigentes no período de 2009-2013. No total foram 15 municípios investigados, entre eles quatro eram municípios que compunham, naquele momento, o Núcleo de agricultores agroecológicos Monge João Maria: Irati, Teixeira Soares, Inácio Martins e Fernandes Pinheiro. Três agricultores foram presos por aproximadamente 45 dias, como *medida protetiva de investigação*, conforme escreveu o juiz que expediu os mandados de prisão. Três anos depois (2016), todos foram absolvidos, ou seja, considerados inocentes. Esse episódio enfraqueceu o núcleo, pois atingiu suas principais lideranças, além de reduzir o acesso dos agricultores da região aos programas supracitados.

No momento de conclusão dessa pesquisa, o núcleo estava composto por 9 grupos de agricultores, totalizando 61 famílias que ali residem, desenvolvem a agricultura e demais atividades em sua terra.

Não tivemos acesso a dados sobre a quantidade de terras que possuíam, devido ao fato de os agricultores não se sentirem à vontade para informar sobre tamanho de área de terra e, da mesma forma, também não mencionaram a renda obtida pela família. Todavia, se enquadram no segmento Agricultura Familiar, por possuírem imóveis que não extrapolam os 4 módulos fiscais de acordo com o tamanho do módulo fiscal de cada município de residência dos agricultores em estudo.

O número exato de agricultores que compõem o grupo varia constantemente, às vezes de uma reunião para a outra, em razão da rotatividade de membros. As causas que levam os agricultores a deixarem o grupo são várias: problemas de saúde, dificuldade na produção e/ou venda, e demais justificativas que são apresentadas, conforme o relato que segue: “Participo do grupo desde sua formação, em 2007, mas desde 2014 deixei de certificar por falta da DAP² para poder participar dos projetos, e agora deixei de produzir devido a problemas de saúde” (M.A.P., agricultora do Grupo GAEAV). Entretanto, a agricultora continua participando do grupo e da feirinha promovida aos sábados, onde faz a comercialização de panificados. Constatamos que, se por um lado, os grupos sofrem com a perda de membros antigos, por outro, ganham membros novos. Os que entram são agricultores que já conhecem a realidade dos agroecologistas e são acolhidos no grupo para iniciar o processo de transição na área de produção a ser certificada.

A maioria dos membros dos grupos de agricultores fundadores do Núcleo Monge João Maria teve acesso à discussão sobre a temática agroecológica no ano de 2004, quando pesquisadores desenvolveram projetos nesses municípios, através de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e/ou Organizações Não-Governamentais (ONG). Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-PR), realizaram cursos práticos para transformação da produção agrícola (matéria prima *in natura*) na sua unidade produtiva, em doces, compotas, conservas, panificados e derivados de leite. Outra parceria e assistência técnica era realizada pelo Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), com sede em Irati (já extinto). O Instituto Equipe oferecia cursos de formação política, e foi onde esses agricultores entraram em contato com o debate sobre a Agroecologia, compreendendo o conceito, princípios e dimensões que envolvem esse sistema de produção agrícola. Em seguida, esses agricultores se integraram aos grupos de outros municípios que desenvolviam a agricultura alternativa à agricultura convencional. Todas as ações realizadas pelas instituições são compreendidas como reflexo do esforço empreendido por esses agricultores para a transição agroecológica, que cria alternativas para o processo de transformação da agricultura com enfoque sustentável.

Os grupos locais são formados por agricultores de cada município, preferencialmente da mesma localidade rural, e mantêm relação estreita de amizade e ajuda mútua, realizam reuniões mensais e auxiliam no cumprimento das regras obrigatórias para manter a certificação. Se um integrante do grupo desrespeita as normas preestabelecidas, por exemplo, dando ao lixo o destino inadequado, os demais integrantes têm a incumbência de adverti-lo, pois, essa atitude é um dos pré-requisitos analisados no momento do *Olhar Externo*, ou seja, quando os agricultores recebem uma visita de vistoria na sua unidade produtiva. O chamado *Olhar Externo* consiste na visita de três agricultores de diferentes grupos filiados à Rede Ecovida, para conferência do cumprimento dos pré-requisitos necessários para a manutenção da certificação dos produtos. O agricultor somente conseguirá a certificação se fizer parte de um grupo.

Alguns grupos são filiados a associações, mas esse passo é opcional, cabendo a cada grupo ou agricultor decidir sobre sua participação na associação ou não, portanto a filiação ao núcleo ocorre por meio da organização em grupos de agricultores; já a certificação acontece via núcleo, mas os custos são individuais. Nesse processo participativo, o diferencial é o envolvimento de todos: por se tratar de um trabalho coletivo, todo o grupo permanece atento aos cuidados necessários, sob pena, em caso de descumprimento da regra, de perder a certificação.

Nesse sentido, é patente a demonstração de companheirismo e cooperação entre os agricultores de cada grupo em particular, e do Núcleo que os congrega. Mesmo havendo eventuais divergências, elas parecem ser sempre de cunho metodológico, porque quanto à produção agrícola em conformidade com os princípios da Agroecologia, não há divergências entre estes agricultores camponeses e tais princípios são cumpridos criteriosamente.

² DAP é a Declaração Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtido tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física), quanto pelo empreendimento familiar rural, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica) (MAPA, 2020).

Para a primeira certificação, os agricultores são apadrinhados por um grupo pertencente ao Núcleo e afiliado à Rede Ecovida. Para isso, é realizada uma visita de verificação nas respectivas unidades produtivas, sempre marcada com antecedência. Ao chegar no local, o grupo faz uma análise geral, observando toda a área destinada à produção: se há diversificação, rotatividade de plantios, e se a área está de acordo com as normas exigidas pela Rede. Caso haja plantação convencional nas proximidades, seja do próprio agricultor ou de outrem, faz-se a análise da construção da barreira, utilizando como parâmetro a largura entre 5 e 10 metros de vegetação, que deve contemplar os requisitos exigidos na estratificação e densidade da barreira. As espécies mais utilizadas como barreiras pelos agricultores são: Capim Elefante, Capim Napier, Erva Mate, Cana de Açúcar e Cipreste, mas, em alguns casos, também o muro da residência ou a vegetação natural da área. Ainda faz parte da análise o cuidado com a água que passa pelo terreno e aquela que é consumida pela família. Todas as unidades produtivas que possuem nascentes ou córregos recebem orientação para sua proteção, pois as águas livres de contaminação são essenciais para a certificação.

Em relação ao lixo, ele deve ter destino correto, nesse caso, há cobrança da prefeitura para coleta e, em último caso, recomenda-se que ele seja enterrado. Na unidade produtiva não pode haver fogo, todavia é comum, na região, a queima da vegetação antes das plantações (chamada Queimada ou Coivara) e a queima do lixo. Nessas unidades familiares esse ato caracteriza uma infração, a ponto de o agricultor correr o risco de perder a certificação naquele ano. Em caso de infração, o agricultor tem a possibilidade de corrigir o erro e voltar a ter direito à certificação no ano seguinte, desde que respeitadas todas as normas, mas como informaram os agricultores, *volta à estaca zero*, quer dizer, começa tudo de novo. Após esse processo, o produtor é novamente filiado à Rede Ecovida e a certificação é renovada através da atualização da documentação e visita de verificação pelo *Olhar Externo*.

Nos encontros bimestrais que aconteciam em Irati, na sede do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), a descrição de cada grupo era ponto fixo de pauta. Faz-se uma breve apresentação do andamento dos trabalhos, das dificuldades e problemas encontrados, com o intuito de buscar soluções de forma coletiva. Desses encontros participam duas pessoas de cada grupo, exceto o grupo responsável pela mística e pela alimentação que participa com maior número de membros.

A leitura das atas e a participação nas reuniões mostraram que, em todas as reuniões, a certificação é assunto fixo da pauta; afinal, essa é a principal função do núcleo. Em todas elas dedica-se um tempo razoável para a discussão, seja sobre orientações técnicas ou burocráticas, organização dos documentos ou pagamentos, entre outros itens obrigatórios para o cadastramento de novos membros, manutenção dos padrões e atualização de informações. As reuniões do Núcleo Monge João Maria são organizadas pelo coordenador e secretaria do núcleo.

O núcleo conta com a contribuição de parceiros que, via projetos, desenvolvem cursos e prestam o trabalho de assessoria na conferência de documentação a ser enviada para a rede Ecovida, além de organizar cursos. A criação de demanda, inscrição de grupos e busca de políticas públicas acontece via trabalho voluntário e colaboração de pesquisadores e militantes de movimentos sociais. Quando contratada uma pessoa para assessorar os agricultores, o custo é simbólico, e a função a ser exercida é o preenchimento da documentação e registro dos dados no sistema informatizado da Rede Ecovida.

A estrutura organizacional do Núcleo Monge João Maria e as oportunidades com as políticas públicas.

No que tange a estrutura organizacional, o Núcleo dispõe de uma Coordenador/a; Secretário/a; Tesoureiro/a; e Conselho fiscal: composto por dois integrantes de cada grupo, sendo o titular e um suplente. Além das reuniões bimestrais do núcleo, acontecem cursos de capacitação para os agricultores. Nos últimos cinco anos foram realizados os seguintes cursos: homeopatia, manejo do solo, comercialização, legislação da agroindústria, e certificação orgânica e saúde do solo. Esses cursos são realizados com a colaboração de pessoas e instituições parceiras que pesquisam e/ou acreditam na importância da Agroecologia. Outro instrumento de colaboração utilizado pelos agricultores para organização e troca de experiências é o grupo do *WhatsApp*⁴. A organização de cada grupo tem particularidades, o que torna o núcleo bastante diverso e com dinâmicas variadas

O Núcleo teve a oportunidade de alavancar o seu projeto de produção agroecológica, no período em que os agricultores familiares receberam atenção à suas propostas e suas reivindicações no

âmbito do governo federal. No ano de 2003 começaram a ocorrer importantes mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil, especialmente no que se refere à formulação e à execução de políticas públicas. (MOURA, 2017). Os atores sociais marginalizados e distanciados das arenas públicas puderam reivindicar e apresentar suas propostas, principalmente aqueles atuantes no tema da segurança alimentar e nutricional (SAN) e vinculados ao campo agroecológico (Grisa e Schneider, 2015 apud Moura, 2017). Mediante a pesquisa constatou-se que nesse período o Núcleo gestou o PAA e o PNAE e ganhou visibilidade para além da produção e comercialização de produtos agroecológicos, ganhando representatividade no CMDR e no CONSEA, como mencionou-se.

Nesse período, o Brasil passou a ganhar notoriedade no que se refere às políticas de apoio à agricultura familiar e promoção da segurança alimentar e nutricional. No que concerne à segurança alimentar ganhou a centralidade e agregou outras questões, como a preocupação com a nutrição e o combate à fome e à miséria. Essa estruturação de políticas e de gestão social se aliou à discussão sobre a base produtiva e deu vida a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e revigorou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A partir desse período, é possível observar a importância do núcleo para o fortalecimento da produção de alimentos agroecológicos na região, pois nas reuniões, além da troca de experiências que é riquíssima, também há troca de sementes e mudas. Esse vínculo fortalece e contribui para a resistência e continuação na produção agrícola, com respeito ao meio ambiente e à humanidade.

A pesquisa também evidenciou que o Núcleo Monge João Maria está em processo de renovação e fortalecimento, pois dos nove grupos que o compõem, cinco são novos e estão em processo de certificação, portanto, apenas 31% de seus integrantes são certificados. Ao pesquisar as atas também foi possível identificar as dificuldades em cumprir com regularidade as reuniões previstas no planejamento do Núcleo. Por exemplo, em 2006, as reuniões, que seriam bimestrais, aconteceram em janeiro, maio, setembro e outubro. A discussão nas reuniões também apontava para dificuldades dessa natureza, conforme registro em ata.

Foi pro encontro regional, ele falou que foi difícil pra entender o processo, falou que a Agroecologia do Rio Grande do Sul e Santa Catarina é bem diferente do Paraná. A rede Ecovida cobrou do Núcleo João Maria em conhecer melhor o trabalho. O núcleo João Maria deve continuar na coordenação Estadual (Ata da reunião do Núcleo em 13 de maio de 2006).

Os relatos explicam as dificuldades vividas por estes agricultores e por eles percebidas quando do contato com agricultores agroecológicos dos estados vizinhos, geralmente, em eventos promovidos nessa área. As dificuldades que enfrentavam, eram devido à falta de assessoria técnica para a produção agroecológica e auxílio nas tarefas administrativas e burocráticas. Esses, problemas se acentuaram com o crescimento do número de agricultores ingressantes no Núcleo, que não contava com suporte técnico para orientar esses novos membros pois, os pesquisadores das universidades que os acompanhavam e assessoravam haviam concluído seus trabalhos. Constatou-se que, a ideia era de que, a partir de então, os agricultores caminhassem sozinhos e com seus pares, sem intervenção externa, contudo isso não aconteceu, e por alguns anos o núcleo esteve inativo.

Outro fato que contribuiu para o enfraquecimento do Núcleo foi a Operação “agrofantasma”, já citada. Esse fato, deixou os grupos fora de importantes Programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diante desses fatos, a relação entre os grupos foi prejudicada e provocou desconfiança e descrédito. Outrossim, merece menção a ausência dos principais líderes envolvidos na operação, o que os deixou fora do movimento por um certo tempo, período da prisão e mais alguns meses para recuperar as energias, ânimo e coragem para retomar as atividades.

O processo de conversão agrícola ou transição agroecológica: a transformação da terra em território alternativo

A pesquisa evidenciou que o processo de transição agroecológica e a construção de novas territorialidades, tiveram início com as ações de assessoria técnica por parte das universidades e organizações não governamentais, as quais durante o tempo que estiveram com os agricultores os levaram a compreensão das limitações e riscos que são impostos pelo modelo agrícola hegemônico. Soma-se também a inclusão da agricultura de base agroecológica nas políticas

públicas em âmbito do governo federal, tendo como exemplo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em cujos subprogramas tem-se o PRONAF- Agroecologia³

Para driblar esses eventos os agricultores organizaram-se em grupos locais e deram início aos trabalhos de conversão da produção, fato que mostra o quanto esses agricultores foram proativos, pois sem demora, iniciaram o processo de conversão agrícola. Para garantir maior confiança do consumidor, também se filiaram à Rede Ecovida de Certificação formada por distintas instâncias organizativas (Figura 2), e em seguida passaram a oferecer, no mercado, produtos com o selo Ecovida de produtos orgânicos. Nesse âmbito, o território se ampliou com a atuação da Rede Ecovida de Agroecologia que valoriza os atores e organizações locais, que busca, por meio de sua atuação a autonomia das famílias agricultoras e a construção de relações de poder que não sejam assimétricas entre os grupos sociais. Considera o envolvimento e o comprometimento de diversos atores, ressaltando o protagonismo no cumprimento e no estabelecimento de normas, demonstra a horizontalidade de um processo que, desde suas raízes, foi construído junto com as famílias agricultoras, alicerçando um sistema sólido, ativo e autônomo. (POLLNOW, 2021).

Figura 2 - Instâncias organizativas da Rede Ecovida.



Fonte - Rede de Agroecologia Ecovida, 2021.

No Sul do Brasil (nos estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e em parte na região Sudeste (no estado de São Paulo), a agroecologia encontra sua maior expressão via a Rede Ecovida de Agroecologia, que articula grupos de agricultores ecologistas, organizações de assessoria e consumidores em torno de 27 Núcleos Regionais distribuídos entre os estados mencionados. Entre seus princípios e objetivos, a Rede Ecovida se propõe a construção de formas alternativas de comercialização, que priorizem a ampliação do acesso aos produtos ecológicos, bem como as relações voltadas ao mercado local (PEREZ-CASSARINO, 2012), fortalecendo o processo

³ O Pronaf Agroecologia foi criado 2003 e é um subprograma que busca disponibilizar crédito para agricultores em processo de transição ou já certificados na agroecologia. Os dados do Banco Central, sobre número de contratos e valores acessados, indicam que o Pronaf Agroecologia, no período de 2005 a 2018, representa menos de 1% dos recursos acessados via Pronaf sendo a linha que possui o menor acesso pelos agricultores. Na região Nordeste do Brasil, considerando as safras 2015/2016 e 2017/2018, foi acessado o maior número de contratos do subprograma, respondendo por 68,77% do total de contratos a nível nacional, somados os investimentos agrícolas e pecuários. Já a região Sul, é a que detém a maior parte dos montantes acessados, representando 48,9% do total no período considerado. Em relação aos acessos de recursos no estado do Paraná no período desde a safra 2015/2016 até a safra 2017/2018 foram repassados R\$ 1.152.572,45, pela linha Pronaf Agroecologia, distribuídos em 23 contratos. Este número pouco expressivo se comparado à linha de maior acesso, a do Pronaf Mais Alimentos, que no mesmo período repassou R\$ 2.896.806.723,75, distribuídos em 73 mil contratos. (BACEN, 2019)

de recampanização.

Depreende-se que o território em construção do Núcleo Monge João Maria é parte integrante da Rede Ecovida, que por sua vez se articula com a territorialidade alternativa do movimento agroecológico brasileiro e latino-americano. Com base em Petersen (2013), entende-se que a caracterização das experiências agroecológicas perpassa por questões: técnicas (manejo ecológico, organização produtiva), socioculturais (valorização das identidades, do conhecimento tradicional, da mulher, dos jovens) e econômicas (ciclo curto de comercialização, relação produtor-consumidor). Então a partir desses aspectos iniciam-se processos de reconciliação entre os seres humanos e a natureza, utilizando o potencial endógeno material (solo, vegetação, água) e imaterial (saberes-fazer) existente em cada território para estabelecer as experiências agroecológicas, ações que transformam terra em território. Nesse sentido, iremos pontuar quais as estratégias possíveis utilizadas pelos agricultores para manter suas unidades produtivas agroecológicas e fortalecer seus saberes-fazer, interferindo no processo de organização do território alternativo e quais os problemas e/ou dificuldades enfrentados para realizar a transição agroecológica, que na prática é bastante complexa e impõe muitos desafios.

Com a pesquisa, constatou-se que, do total das áreas declaradas de produção agrícola, cerca de 300 hectares, ou seja, apenas 34% são destinadas para a produção de base agroecológica. Os principais fatores apresentados para esclarecer a produção mista, ou seja, em uma parte da terra se pratica uma agricultura convencional e em outra, a de base agroecológica. Questionados sobre por qual motivo ainda produziam no modelo convencional, as respostas dos agricultores foram as seguintes:

“Falta de mão de obra, porque a área é grande e demora para melhorar a terra.”

Apenas um dos entrevistados respondeu que “se conseguisse produzir leite orgânico, até tentaria”.

“O mercado ainda é bastante limitado e temos o trator financiado, por isso meu marido ainda trabalha com o convencional, mas depois que terminar de pagar o financiamento, pretendemos converter toda a propriedade para o agroecológico”.

“Por necessidade financeira. Para iniciar a conversão para produção agroecológica, necessito de investimento, então o começo é um pouco difícil, até equilibrar o solo, e também a falta de compreensão do que é uma produção agroecológica de toda a família”.

“Porque é mais fácil e aprendemos assim”.

Os agricultores que possuem pequenas áreas de terra (34%) já realizaram 100% da conversão para a agricultura de base agroecológica. As maiores áreas de terras ainda enfrentam dificuldades, conforme os relatos, porque as suas famílias são pequenas, falta mão de obra, e não possuem nenhum tipo de máquina para o manejo do solo de modo a provocar o menor impacto possível, conforme as recomendações para a prática de agricultura de base agroecológica. Dessa forma, pode-se dizer que as dificuldades de estabelecer um processo de co-produção, se dá devido as experiências construídas durante um período longo de práticas agrícolas baseadas na agricultura convencional, quer dizer, desenvolvem a agricultura da forma que aprenderam durante muitos anos. No entanto, destaca-se o esforço desses agricultores, no desenvolvimento de práticas agrícolas de base agroecológica que coexiste com a agricultura convencional e a expectativa de tornarem-se agricultores camponeses agroecológicos.

Outro desafio a ser resolvido é romper com a dependência dos produtos químicos, pois segundo relatos dos agricultores a facilidade de compra e uso causou comodismo, contudo, hoje eles têm o entendimento da importância de produzir em conformidade com os princípios agroecológicos, principalmente pelos benefícios para a saúde humana e da natureza. Por outro lado, encontram entraves no conhecimento sobre como utilizar técnicas e manejo menos agressivos. A maior parte, que corresponde a 66% dos agricultores, que está em fase de transição agroecológica, substitui a compra de produtos químicos pela compra de produtos orgânicos, mantendo o ciclo de dependência externa. Esse fato chama atenção, porque apesar da importância da organização social e das redes como a Rede Ecovida, a transição agroecológica na prática é complexa e cheia de desafios, visto que, a maior parte dos agricultores agroecologistas pratica sistemas de “agricultura orgânica”, isto é, faz a substituição de insumos e não promove o redesenho dos agroecossistemas, para que funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos como destaca Gliessman (2000). No entanto, observou-se que existe sim uma busca incessante pelo redesenho do agroecossistema, mas há um longo caminho para superar todos os entraves.

Apesar da diversidade ecológica e sociocultural advinda das unidades camponesas agroecológicas, existem fatores que freiam a transição agroecológica. Os relatos dos agricultores, apontam que quando uma unidade produtiva é manejada com a utilização de agrotóxicos, leva mais tempo para responder positivamente ao manejo ecológico (sem insumos químicos, sementes geneticamente modificadas e maquinaria pesada como um trator por exemplo). Desse modo, passam primeiramente, por um processo de conversão até restabelecer sua capacidade energético-ecológica natural. Essa reconstituição geralmente é lenta e muitas vezes os camponeses acabam não esperando e/ou desistindo. Além desses obstáculos existe o pouco apoio estatal, o difícil acesso ao crédito e à assistência técnica gratuita.

Com a pesquisa foi possível perceber o quão complexo é tratar dessas outras agriculturas e compreender como essa prática se processa e ganha materialidade. Ao iniciar esse novo arranjo na propriedade, é comum nos primeiros anos, os agricultores buscarem insumos externos para melhorar o solo, entre esses produtos citados por esses trabalhadores estão, o pó de rocha, produto rico em ferro, o calcário e o esterco, sendo que esse último é comprado de granjeiros da região. Após chegar na terra de transição deve passar por um período de descanso, já que são de animais criados no sistema convencional. Os estercos utilizados por eles provêm da criação de carneiros e/ou frangos. Esses produtos são utilizados na recuperação do solo degradado no período de desenvolvimento da agricultura no padrão convencional. Outra prática agrícola agroecológica que contribui para a regeneração do solo é o cultivo de variedades de espécies, porém, isso acontece de maneira bastante tímida, pois mesmo as famílias que trabalham com hortaliças, na sua grande maioria optam por realizar canteiros por espécie. Mesmo produzindo na área no mínimo dez espécies de hortaliças a utilização do plantio consorciado é, ainda, rara. Compreende-se que aos poucos há o entendimento da necessidade de mudanças no sistema de produção para além da substituição dos produtos químicos pelos orgânicos, iniciando assim, um redesenho da área de produção agroecológica, já que a transição está acontecendo de forma parcial, pois a unidade produtiva da maioria (66%) dos agricultores pesquisados é mista, agroecológica e convencional, porém em processo de conversão.

A transição agroecológica é conceituada como uma mudança do sistema de cultivo convencional para o de base ecológica, de forma gradual e multilinear, bem como as adaptações socioeconômicas e culturais dos agricultores em aceitar e compreender o funcionamento de um novo modelo de produção. Essas mudanças passam por vários desafios, podendo ser de fatores externos ou internos à propriedade. Por outro lado, nota-se, pela pesquisa realizada que a maior parte dos fatores motivadores para essa transição, é proveniente da consciência própria dos agricultores, preços atrativos dos produtos orgânicos e dos incentivos dados pelas organizações sociais no fortalecimento da agroecologia.

Compreende-se que todos os percalços em busca da consolidação de uma agricultura de base agroecológica, fortalecem e aprimoram o trabalho agrícola. Esses agricultores persistentemente fazem contraposição ao modelo capitalista e buscam relativa autonomia em seus territórios, mesmo dependentes de insumos externos à propriedade. Nesse sentido, é fácil compreender a dificuldade que os agricultores estudados manifestam, no que diz respeito ao rompimento, substituição de um padrão de produção agrícola que por décadas atuou e prevaleceu como a noção de progresso técnico, como o aporte intensivo de insumos e equipamentos industriais nos sistemas de produção e atuou como elemento decisivo para a penetração do capital na agricultura em detrimento do trabalho agrícola moldado culturalmente segundo as peculiaridades dos ecossistemas locais (PETERSEN, 2009).

Os agricultores do Núcleo Monge João Maria, organizados em grupos, desenvolvem ações que vão fortalecendo os laços entre as famílias e avançando em questões como qualidade de vida, autonomia, políticas públicas e desenvolvimento integral. Criam-se laços de amizade e companheirismo entre os agricultores de diversos lugares, consumidores, e ainda se contrói uma relação muito peculiar com a natureza, entendendo a importância de cada elemento que a compõe, manifestando a co-produção (PLOEG, 2016) confirmada pelo relato de uma agricultora a qual disse. “Depois que nós conhecemos a Agroecologia, as plantas têm outro significado pra nós. Quando olhamos um pé de cebolinha verde, por exemplo, ali a gente enxerga vida, e por isso cuidamos bem dela” (M.P.- integrante do grupo GAESOL). Na co-produção, a interação entre o homem e a natureza viva é decisiva.

A comercialização dos produtos acontece em espaços variados, a venda direta para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o carro chefe para a renda dessas famílias. Outro

espaço bastante conhecido entre os grupos são as feiras de produtos ecológicos que acontecem em cada município. Mais uma forma de comercialização que vem se disseminando é a venda através de sacolas. Nesse modelo, há uma tentativa de aproximação entre produtor e consumidor. Essa comercialização exige algumas regras que são pré-estabelecidas, por exemplo, o número de itens e o tipo de alimento que compõe a sacola não é escolhido antecipadamente, pois não é possível assegurar quais alimentos estarão na sacola naquela semana. Toda a colheita e a produção agrícola depende de boas condições climáticas, além do período de plantio e colheita que é específico para cada espécie vegetal.

No início da pesquisa, constatou-se que o acesso ao mercado era o principal problema apontado pelos agricultores. A maioria deles dependia dos programas PAA e PNAE para vender os produtos. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que os grupos foram se organizando e ampliando os espaços de venda. Buscaram parcerias com agricultores agroecológicos de outros municípios ou regiões, associando-se a cooperativas. Essas parcerias ampliaram a possibilidade de venda. Atualmente, os problemas apontados por eles são: produção baixa, dificuldade financeira para ampliar a área produzida e desconhecimento de técnicas mais eficazes para manejo do solo e cuidado com as plantas.

Os agricultores também têm claro que as vendas precisam estar organizadas de forma a suprir a necessidade do mercado e deixar o consumidor satisfeito. Para isso, cada grupo realiza seu próprio planejamento a fim de garantir a produção de alimentos em quantidade e qualidade, com vistas a satisfazer a demanda de consumidores (Quadro 1).

Quadro 1 - Dados sobre tipos de alimentos produzidos pelos agricultores do Núcleo Monge João Maria/PR e destinação.

	GRUPO	NÚMERO DE MEMBROS	ANO DE CRIAÇÃO	TIPOS DE ALIMENTOS	DESTINAÇÃO
INACIO MARTINS	Comunidade de Agricultores Ecológicos Nossas Raízes - CAENORA-	05	2004	Agroindústria: Conserva, poupa, geleia, doce (amora, pêssego, ameixa, pepino, cenoura), mandioca, abóbora. Horta/lavoura: hortaliças, morango, Amora, feijão e milho.	Feira na cidade de Inácio Martins e PNAE Municipal.
	Grupo de Agricultores Ecológicos Água Viva - GAEAV	05	2007	Hortaliças, tubérculos e legumes, morango, maçã, feijão.	PNAE Municipal e Feirinha realizada na comunidade.
IRATI	Grupo de Agricultores Ecológicos Renascer GAERE	06	2001	Hortaliças, tubérculos e legumes, morango, feijão e panificação.	Feira Agroecológica-Unicentro/I, Projeto Municipal ECOTroca e Venda direta ao consumidor.
TEIXEIRA SOARES	Grupo de Agricultores Ecológicos São Lourenço - GAESOL	11	2004	Hortaliças, tubérculos, legumes, laranja, Melancia, pêssego. Agroindústria: panificação.	PNAE-Municipal e Associação das Colônias Cooperativa Terra Livre.
SÃO JOÃO	PAINEIRA	05	2016	Hortaliças, tubérculos, legumes e frutas.	PNAE Municipal e Estadual, Projeto complementar

					para a merenda escolar e Feira na sede do município.
	PINHEIRAIS	03	2016	Hortaliças, tubérculos, legumes e frutas.	PNAE Municipal e Estadual, Projeto complementar para a merenda escolar e Feira na sede do município.
	PÉ DA SERRA	06	2016	Hortaliças, tubérculos, legumes e frutas.	PNAE Municipal estadual, Projeto complementar para a merenda escolar e Feira na sede do município.
	PEDRO ANTUNES	10	2016	Hortaliças, tubérculos, legumes e frutas.	PNAE Municipal e Estadual, Projeto complementar para a merenda escolar e Feira na sede do município.
REBOUÇAS	AGROeVIDA	10	2017	Hortaliças, tubérculos, legumes, frutas, grãos (feijão e arroz) e em fase de implementação Granjas de ovos caipira.	Sacolas PNAE; Ovos - empresa Golden

Fonte - Pesquisa de Campo, 2021. Elaboração das autoras.

No entanto, a ampliação do mercado fez surgir uma nova preocupação: a falta de espaço para produzir, mesmo que a necessidade de ampliar a área de produção seja maior a cada dia, a maioria deles tem dificuldade no manejo do solo e em aumentar a produção. Outro fator que limita a ampliação da área de cultivos agrícolas é a falta de mão de obra, reforçam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permite dizer que a organização do Núcleo Monge João Maria formado por agricultores autodenominados Agroecologistas possibilitou a eles a revisão das próprias práticas e, em conjunto, pensar soluções para o seu fortalecimento, ou seja, trazendo todos para discutir, avaliar e tomar iniciativas que buscassem a coesão de suas ações, o processo contínuo de avaliação e definição de metas coletivas e individuais.

Frente a esse cenário, foi possível conhecer a gênese do Núcleo e entender como suas ações são determinantes para a transição agroecológica e reestruturação do seu território e que apesar das dificuldades enfrentadas seguem sempre na tentativa de superá-las. Esses homens e essas mulheres buscam maior autonomia em relação ao capital para transformarem a terra em um território, construído com postura ativa de envolvimento e co-responsabilidade nas decisões tomadas para o enfrentamento das externalidades e na condução de um processo que caminha em outra e diferente direção: pelo caminho da Agroecologia.

Embora se possa notar avanços decorrentes do reconhecimento dos agricultores agroecológicos, ainda é preciso superar dificuldades diante da insuficiência de políticas públicas vigorosas para lidar

com questões estruturais apresentadas pelos agricultores entrevistados. Um dos aspectos limitantes mais recorrentes pelos entrevistados é a mão de obra, principalmente na ampliação da produção e na mesma medida, outra limitante indicada é quanto ao período de conversão estabelecido pela legislação e a adequação as novas técnicas de produção, pois a mudança do modo de produção convencional para agroecológico é lenta e exige conhecimento das práticas. Tal cenário parece não ceder espaço para outras possibilidades que permitam repensar o padrão agrícola adotado ao longo do tempo.

Entre elas, também se incluem problemáticas relativas a baixa incorporação de soluções tecnológicas apropriadas a produção agroecológica e a falta de conhecimento dos agricultores de tecnologias e técnicas existentes; falta de mão-de-obra, fragilidade da assistência técnica e extensão rural; dificuldades na resolução de questões administrativas como preenchimento de formulários, envio de documentos para as instâncias envolvidas, dentre outras.

Destaca-se também, a importância de políticas públicas e gestão social como o PAA, PNAE, PRONAF-Agroecologia entre outros, que oferecem subsídios e mercado para o cultivo e comercialização da produção. Igualmente, reconhece-se o envolvimento das instituições públicas e organizações não governamentais que foram decisivas no processo inicial com vistas a composição dos grupos de agricultores familiares e a formação e formatação do Núcleo. Essa unidade formada pelos agricultores foi ganhando corpo e autonomia na condução de suas atividades, com apoio de instituições universitárias (no período de vigência dos projetos extensionistas) e de organizações não governamentais. Do ponto de vista das políticas públicas, observa-se como é necessário lutar pela ampliação e implementação das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar agroecológica. Comprovou-se que os Programas de compras institucionais como o PAA são muito importantes, mas precisam ter seus formatos aprimorados para dialogar mais e melhor com o modo de vida desses agricultores, garantindo-lhes espaços para orientação técnica e organizacional de forma a ampliar o alcance do trabalho por eles desenvolvido. Além disso, é necessário construir novos programas de acesso ao mercado institucional, como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Ministério da Educação (PNAE/MEC), que animou e fortaleceu o trabalho dos agricultores familiares, dentre eles, os que compõem o Núcleo Monge João Maria.

Pode-se destacar três principais fatores que levaram os agricultores a converter sua produção em agroecológica e/ou iniciar o processo de transição: a preocupação com a saúde dos integrantes das famílias e dos consumidores, a intenção de preservação dos bens naturais (tão necessários para a produção agroecológica), bem como a busca por aumento da renda agrícola e ampliação do número de consumidores externos para os alimentos cultivados.

Outrossim, constatou-se que a articulação do grupo é bastante corajosa, determinada e persistente, mas ainda frágil em termos de produção agroecológica, devido a problemas como a falta de profissionais para a orientação técnica no sentido de potencializar a produção, que possam orientá-los sobre planejamento da produção e da propriedade, além de auxiliar em outros setores, pois esses agricultores enfrentavam dificuldades em organizar e preencher a documentação necessária para a certificação da sua produção. Essas e outras fragilidades descritas fazem parte de um contexto que marca limitações no crescimento do grupo, que tentava se reerguer após o enfraquecimento sofrido com a prisão de suas lideranças. Diante de tais fatos, presume-se que a construção de um território alternativo está em processo, mas necessita de políticas públicas que ajudem na reprodução desse modelo sustentável de agricultura.

A transição agroecológica está sendo trabalhada aos poucos, com apoio voluntário de algumas lideranças e pesquisadores, sempre focados na sustentabilidade e na reprodução socioeconômica das famílias. É isto que vai definir o limite possível em cada etapa, buscando realizar ações progressivas via adoção de técnicas agroecológicas e de adequação ambiental das propriedades familiares, sem vinculá-las ao sistema de certificação por auditoria externa. Evidentemente que tais sistemas podem até ser alcançados, caso existam condições mercadológicas favoráveis para venda indireta. Entretanto, neste momento, seguem satisfeitos com as metas atingidas e em busca de melhorias, sempre em conformidade com os princípios da Agroecologia, apostando nessa mudança política, econômica e socioambiental, tendo como horizonte a construção de um território alternativo para caminhar, quando possível, por si só.

Compreende-se que esses sujeitos, ao passo que resistem ao processo de homogeneização e monopolização do território pelo capital, empenham-se na construção de um território próprio, com características específicas e com maior nível de autonomia para com os recursos locais e os frutos

do seu trabalho.

A maior parte dos grupos que formam o Núcleo, apesar de seguirem em processo de aprendizagem, têm clareza e compreensão da importância de se produzir agroecologicamente e que o padrão da agricultura convencional não é o único modelo a ser seguido e nem o melhor. Com base nos relatos dos agricultores, pode-se dizer que a partir do contato com a agroecologia o grupo construiu uma relação positiva com a natureza, produzindo alimentos saudáveis e contribuindo com todas as formas de vida, promovendo ações de co-produção.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI**. 2006. Disponível em: <https://www.bibliotecaagpatea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/AGROECOLOGIA%20-%20PRINCIPIOS%20E%20ESTRATEGIAS%20PARA%20A%20AGRICULTURA%20SUSTENTAVEL%20NA%20AMERICA%20LATINA%20NO%20SEculo%20XXI.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2021.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri**. – 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989.
- ALVES-MAZZOTTI A. J. GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ASSIS, L.; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 6, p. 67-80, jul. /dez. Editora UFPR, 2002. <https://doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>
- BACEN, Banco Central do Brasil. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/en/#!/c/MICRRURAL/>> Acesso em: 15 de maio de 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasil, DF, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.831.htm. Acesso em: 15 de maio de 2022.
- CAPORAL, F. R. COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre (RS), 2004.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991
- EDUARDO, M. F. Transformando Terra em Território: Construção e dinâmica do Sistema Local Territorial agroecológico em Francisco Beltrão/PR. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Oeste Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT-UNESP): Presidente Prudente/SP, 2014.
- ELIAS, D. Agronegócio e Novas Regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais** V. 13. N.2/novembro de 2011. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>
- _____. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (03). <[Http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm](http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-03.htm)> [ISSN: 1138-9788]
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2000.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2015.
- _____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- _____. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). **Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo**. Niterói, EdUFF, 1998.
- HAVERROTH, C. **Agroecologia: o paradigma emergente e o saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.4, n.1, ago-dez, 2011;

KAISER, B. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 84, p.93-104, 2006.

LOPES, A. L. C. **Coprodução**: o modo agroecológico de fazer agricultura. 2017. 131f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017.

LUTZENBERGER J. A. **O absurdo da agricultura moderna**. Porto Alegre, Brasil, setembro de 2001. Disponível em: <https://www.unicamp.br/fea/ortega/plan-disc/lutzenberger.htm>. Acesso em: 19 dez. 2021.

MAPA - **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Obter Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

MEIRELLES, L. A **Certificação de Produtos Orgânicos** – caminhos e descaminhos. Centro Ecológico Assessoria e Promoção em Agricultura Ecológica. Ipê- Serra, p. 7, 2003.

NAVARRO, Z. e CAMPOS, S.K. (Orgs). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Brasília, CGEE, 2013.

PALIOFF, C.; GORNITZKY, C. M. **El camino de la transición agroecológica**. In: MARASAS, M. E. *et al.* - 1a Ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones INTA, 2012. Disponível em: script-tmp-inta_-_el_camino_de_la_transicin_agroecologica.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

PEREZ-CASSARINO, J. A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecológica de Agroecologia. **Tese** (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba 2012

PETERSEN, P.; WEID, J.M von der; FERNANDES, G.B. **Agroecologia**: reconciliando agricultura e natureza. Informe Agropecuário, v. 30, n. 252, 2009. _____ Introdução. In: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, edição especial, p. 5-15, 2009.

_____. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. NIEDERLE, P. A., ALMEIDA, L de, VEZZANI, F. M. Curitiba: Kairós, 2013

PLOEG, J. D. V. D. **O modo de produção camponês revisitado**. In: SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre (RS): Editora da URGs, 2006, p. 13-54.

_____. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. São Paulo. Unesp, 2016.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (ed.). **Ecología, campesinado e historia**. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1993. p. 153-195

_____. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

MOURA, I.F. de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H.R, et al. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. 463 p

NAVARRO, Z. de S. CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, V.3, n.1, p.25.92, 2014.

PALIOFF, C.; GORNITZKY C.M. **El camino de la transición agroecológica**. Ediciones INTA. 2012.

POLLNOW, G. E. "Agroecologia e território: as territorialidades da Rede Ecológica de Agroecologia/Agroecology and territory: the territorialities of the Rede Ecológica de Agroecologia." **Revista Geográfica Venezolana**, vol. 62, no. 1, jan.-June 2021, pp. 216. Disponível em: <ink.gale.com/apps/doc/A671390277/IFME?U=googlescholar&sid=googleScholar&xid=19280370>. Acesso em: 22 de maio de 2022

QUEIROZ M.I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: TA Queiroz, 1991

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p

REDE ECOVIDA. **Rede de Agroecologia.** Disponível em: <http://ecovida.org.br/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Uma resposta sólida a um regime agroalimentar em crise: O fenômeno GAS na Itália. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. 1-19, 2017.
<https://doi.org/10.17666/329513/2017>

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SILVEIRA, L. M. da. A construção de territórios camponeses. **Revista Agriculturas** • v. 7 - n. 1 • março de 2010. Disponível em: http://aspta.org.br/files/2011/05/Agriculturas_v7n1.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2022.

WANDERLEY, M. N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu/MG, 1996.

WANDERLEY, M. de N. B. . **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil.** João Pessoa, 2009, p. 215-225.

Recebido em: 08/03/2022

Aceito para publicação em: 02/07/2022